

# ARQUITETURA DO SABER: ESPAÇOS FÍSICOS DE COLÉGIOS PRIVADOS NA CORTE IMPERIAL

*Aline de Moraes Limeira<sup>1</sup>*

## RESUMO

No século XIX a instituição escolar foi forjada e legitimada pelo poder público e pela sociedade civil como o espaço privilegiado, o mais adequado, para se promover a instrução. Diversos tipos de escolas e práticas educativas surgiram a partir de iniciativas de particulares e pelas ações do Estado Imperial em todo país. No entanto, a malha particular de ensino, localizada na Corte Imperial, alcançou índices mais significativos nas estatísticas que contabilizavam números de colégios e alunos. Neste sentido, é imprescindível para o campo da História da Educação conhecer e compreender a organização e o funcionamento daquelas experiências. Contribuindo com a tarefa, este estudo apresenta e reflete acerca de alguns aspectos relacionados ao tema “educação particular”, como liberdade de ensino, dados estatísticos, legislação, anúncios e estrutura física de prédios escolares. A realização do investimento foi possível via operação metodológica que se baseia na leitura e análise de fontes primárias datadas da segunda metade do Oitocentos: ofícios, relatório, legislações e propagandas.

**Palavras-chave:** História da educação. Estado imperial. Ensino particular.

---

1. Doutoranda em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora da Fundação da Biblioteca Nacional. Professora do Município do Rio de Janeiro. Integrante do Núcleo de Ensino e Pesquisa em História da Educação- (NEPHE-UERJ). e-mail: aline.de.morais@oi.com.br

## ARCHITECTURE OF KNOWLEDGE: PHYSICAL SPACES OF PRIVATE SCHOOLS THE IMPERIAL COURT

### ABSTRACT

In the nineteenth century, the school was forged and legitimized by the government and civil society as the privileged and most appropriate space to promote schooling. Several types of schools and educational practices emerged from private initiatives and the actions of the Imperial State in the whole country. However, the private mesh of schools located in the Imperial Court has reached more significant statistical indices in terms of the amount of colleges and students. In this sense, knowing and understanding how those experiences are organized and how they work is essential to the field of history of education. Contributing to the task, this study presents and reflects on some aspects related to “Private education” such as teaching freedom, legislation, announcements, and physical structure of school buildings. This investment was feasible through a methodology that is based on reading and analysis of primary sources, dating from the second half of the nineteenth century: letters, reports, laws and advertisements.

**Keywords:** History of education. Imperial state. Private teaching

### INTRODUÇÃO

A formação escolarizada da população no século XIX tornou-se para as forças políticas e para a sociedade um problema a ser solucionado. Assim, no decorrer da segunda metade do Oitocentos, se vê nos documentos oficiais, nos impressos, nos livros e nos discursos, muitas propostas, debates e projetos, cuja intenção era tornar a instrução algo viável. A instituição escolar foi sendo delineada na medida em que ocupava lugar privilegiado naquele processo, sendo vista como o investimento adequado para que o empreendimento alcançasse êxito: instruir para o progresso, a civilidade. O modelo de intervenção na ordem social definido no percurso é um dispositivo

inovador. Nas engrenagens de seu mecanismo, na forma moderna que vai adquirindo (lugar social e físico) estavam sendo fabricadas suas configurações (VARELA; ALVAREZURIA, 1992; VINCENT, LAHIRE, & THIN, 2001).

No decorrer de todo o Dezenove, apareceu uma diversidade de formas de organização escolar, experiências e práticas docentes heterogêneas. Emergiram várias iniciativas para instruir a população livre, pobre, negra, trabalhadora, escrava, com deficiência física<sup>2</sup>, nos limites de uma educação formal ou informal, oferecida por estabelecimentos públicos, religiosos, militares, particulares, subvencionados (LIMEIRA, 2010). Neste sentido, a escola foi adquirindo especificidade, e o princípio da escolarização sendo, paulatinamente, capilarizado (GONDRA; SCHUELER, 2008).

Atuando em prol da construção de uma ideia de nação e do próprio Estado Nacional, a instrução era vista pelos dirigentes imperiais do dezenove como uma das principais estratégias. Assim eram estabelecidas as leis da época em questão, como a Lei Geral do Ensino (de 1827), o Decreto de 1834, a Reforma Couto Ferraz (de 1854), a Reforma Leôncio de Carvalho (1879). Algumas medidas foram desenvolvidas no sentido de unificar o sistema, entre elas: adoção de métodos, autorização ou proibição de livros (TEIXEIRA, 2008), seleção oficial dos profissionais (GARCIA, 2005), sistema de fiscalização (BORGES, 2008), modelo de formação do magistério (UEKANE, 2008), regras de abertura para colégios particulares (LIMEIRA, 2010). Todas estas, e as demais medidas, buscavam tornar homogêneo um sistema que se caracterizava pela diversidade, já que a aproximação dos indivíduos com a cultura letrada se dava a partir de iniciativas tradicionais e muito diversificadas: família, igreja, preceptores, mestres particulares, corporações profissionais, escolas (públicas e particulares, de todos os tipos, de todos os tamanhos), associações filantrópicas, etc. E, ao contrário do que se imagina, nos termos quantitativos do processo em reflexão, posso afirmar que à iniciativa particular coube uma difusão mais significativa do ensino

---

2. Conferir: LIMEIRA, Aline de Morais e SILVA, Flávia Barreto. Espaços de aprendizagem para surdos, mudos e cegos: Instituições educativas do século XIX. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), v. 89, p. 325-340, 2008.

primário (e secundário) que o poder público. Um dado possível de observar a partir do cruzamento de diversos documentos oficiais da época (LIMEIRA, 2010). O resultado destas investigações é bastante significativo para historiografia da educação, haja vista que permite notar que a escolarização não se configurava como um projeto imposto pelo Estado, ou de interesse exclusivo seu, mas, apropriado, reapropriado, defendido e/ou combatido pela sociedade.

Nestes termos é que foi declarada liberdade às práticas de ensino, o que serviu como incentivo à iniciativa particular. Tratou-se de prescrever uma liberdade desde a Constituição do Império de 1824. No decorrer do século XIX, as propostas de ensino defendidas no âmbito do Ministério do Império, por conservadores e liberais alternados no poder, apresentaram-se diferentes em muitos aspectos. Porém, havia também algumas semelhanças e alguns pontos básicos nos quais os dirigentes tendiam a concordar. Um deles referia-se justamente a este princípio de liberdade.

## AS PROPAGANDAS DA INICIATIVA PARTICULAR

De modo geral, cabe observar que a iniciativa privada se desenvolvia e se legitimava a partir de discursos variados: de um lado, as legislações que garantiam sua ação; de outro, a publicidade dos particulares do ensino primário estava localizada na imprensa do século XIX. Um exemplo destas diversas propagandas em papel impresso eram os anúncios do *Almanak Laemmert*, um famoso anuário que circulou no país entre 1844 e 1914. Em suas mais de mil páginas de cada edição, apresentavam informações gerais sobre o comércio da cidade e do país. Outro exemplo de fonte para consulta são as páginas diárias do *Jornal do Commercio*, publicadas a partir de 1827, são fontes preciosas para historiografia geral e da educação, localizadas na Biblioteca Nacional. Ao lado de informações variadas sobre comércio, política e cultura do Brasil, aqueles anúncios apresentavam valores acerca do comércio da instrução, currículos dos colégios, professores contratados, endereços em que estavam localizados. Principalmente, aquela publicidade fazia circular as preocupações da época em torno do espaço físico dos estabelecimentos do ensino na Corte Imperial.

Com o progressivo fortalecimento do Estado Imperial, expansão cada vez mais significativa da malha privada, e a discussão intensificada no decorrer do XIX acerca da importância da instrução escolarizada, vai-se estruturando uma representação de que a construção de espaços específicos para a escola era imprescindível. Muitas críticas foram elaboradas em torno do lugar em que se dava a educação das crianças, geralmente em espaços domésticos (na casa dos alunos, na casa do professor, conhecida como “casa de escola”, ou em residências alugadas) no intuito de fazê-los serem percebidos como inadequados. Tornava-se necessário, portanto, construir espaços próprios, exclusivos para as instituições que se montavam em torno da tarefa de educar e instruir. Não poderia ser qualquer espaço.

Com base em estudos recentes, compreende-se que foram sendo elaborados discursos pedagógicos que afirmavam a necessidade de ambientes amplos onde pudessem ser distribuídos os novos equipamentos didáticos e sujeitos da cultura escolar: quadro-negro, alunos, cadernos, livros, professores, mobiliários. Havia ainda outra força que se inscreveu naquele jogo: era o desenvolvimento dos saberes médicos, principalmente dos higienistas, que produziram críticas a respeito das condições de higiene das casas e prédios da cidade, ao mesmo tempo em que defendiam espaços higienicamente construídos e montados para qualidade da saúde e da aprendizagem dos alunos. A intenção era afastar as instituições escolares de um quadro descrito como insalubre. Desse modo, era preciso que os prédios escolares, por receberem um número grande de pessoas, estivessem bem arejados, alocados em ambiente ventilado, não muito perto das habitações residenciais, longe dos focos de infecção do circuito urbano. Com estas preocupações, procuraram definir regras para localização, para os espaços do exterior e do interior dos estabelecimentos (GONDRA, 2004, p. 530).

O edifício escolar, nesta perspectiva, deveria ser emblemático: sua arquitetura externa deveria ser identificada por todos como um espaço de educação, e o interior, por sua vez, capaz de traduzir os princípios de asseio, controle, fiscalização, higiene. De acordo com o autor de *Artes de Civilizar*, deve-se entender a inclusão da arquitetura escolar na ordem médica como um aspecto do amplo, rigoroso e cuidadoso programa curricular contido nas representações dos médicos acerca

do espaço escolar, que, por sua vez, integrava um projeto mais ambicioso que era o de intervir na própria arquitetura da cidade. (GONDRA, 2004, p. 181).

Naquele tempo, então, a questão do espaço escolar, da estrutura física do fazer educativo, desdobrava-se nas preocupações referentes à arquitetura, salubridade, higiene. Isso emerge no interior do registro de publicidade como efeito da apropriação do objeto educacional pela ordem médica que intervém socialmente, prescrevendo medidas educativas com a pretensão de conformar socialmente o projeto de educar, instruir e civilizar.

Um dos vestígios que, de forma bastante recorrente, salta aos olhos nos anúncios analisados é a perspectiva da salubridade, do asseio. As instituições, portanto, procuravam observar indiretamente que, apesar de situados num local insalubre como a Corte, dispunham de ambientes arejados. A oferta de educação em localizações “mais salubres” consistia no mais atual e forte atestado de qualidade daquele tempo.

Na publicidade de 1857, no *Almanak Laemmert*, a “Baroneza de Geslin”, diretora e proprietária do *Colégio de Educação de Meninas*, escolhe estas informações como prioritárias para montar sua propaganda. Num anúncio de página inteira, ela descreve como mais precioso trunfo o fato de o seu “Magnífico estabelecimento” estar localizado num dos mais “salubres lugares da cidade do Rio de Janeiro”. De forma mais detalhada, narra que esta condição estende-se aos espaços internos do colégio, como o são suas “salas de banho”. Da mesma forma, divulga os cuidados em assegurar a saúde física das alunas, para quem se oferta uma “alimentação sã”:

**A situação salubre e deliciosa do local, a extensão dos lugares de recreação, o extremo asseio dos dormitórios, guarnecidos de leitos de ferro, pertencentes ao estabelecimento, uma sala de *banho*, e uma alimentação sã e abundante, tudo concorre para assegurar às discipulas uma brilhante saúde.**

Com este discurso, a propaganda pretende deixar evidenciado que está articulada com os mais nobres preceitos da medicina. No caso, a limpeza do corpo exigia atenção quanto à temperatura da água, local apropriado, certa regularidade e duração comedida, enquanto o tratamento da alimentação carecia de reconhecer a importância rotina, quantidades controladas, qualidades e variedades. Já o tempo de recreação,

para o qual se atribuía relevância por conta de seus efeitos positivos, seria adotado com práticas de exercitação corporal (GONDRA, 2004).

Na propaganda do *Collegio de Santa Cruz* (“outrora denominado instrução elementar”, passa a ser de ensino secundário), é possível perceber que o proprietário procura garantir estes valores. Localizado em várias edições do anuário Laemmert, com pequenas alterações (1854, 1866 e 1871, por exemplo) o anúncio registra, a este respeito, que o estabelecimento funciona em um excelente, espaçoso e muito bem arejado prédio, cuja localização também é a melhor da Corte Imperial (trata-se da Rua do Lavradio), como se vê na imagem:

**COLLEGIOS DE MENINOS.** 345

**COLLEGIO DE**

OUTRORA DENOMINADO

**RUA DO LAVRADIO, 17.**



**SANTA CRUZ**

DE INSTRUÇÃO ELEMENTAR

**PERTO DA R. DO CONDE**

DIRIGIDO POR

**JOÃO AUGUSTO FERREIRA RANGEL.**

Neste collegio, estabelecido em uma excellente, espaçossissima e mui bem arejada casa, e em uma das melhores ruas desta côrte, ensinão-se todos os preparatorios para as academias do Imperio, e bem assim diversas outras linguas, sciencias, bellas artes e exercicios.

O director se emprega simultaneamente na disciplina e ensino, segundo as circumstancias o exigem.

Este collegio admite pensionistas, meios pensionistas e externos: as condições de admissão, são:

Pensionistas, incluindo o ensino da 1.ª classe, papel, pennas, &c.	20\$000 mensaes.
Meios pensionistas	10\$000 "
Externos	5\$000 "

Pelas classes que os alumnos frequentarem, além da primeira, cujo ensino é incluído nas ditas mensualidades, pagarão uma gratificação mais, conforme a classe.

Afim de manter a boa ordem, asseo e regularidade em todas as diversas repartições do estabelecimento, a casa fornece leito de ferro com cortinado, colchões, travesseiros, bacias, lavatorio, &c., aos alumnos, mediante 25\$000 por uma só vez.

O anno lectivo começa a 7 de Janeiro e acaba a 8 de Dezembro. São dias uteis todos os que não são de guarda. Os exames são depois do dia 8 de Dezembro, e publicos. Neste estabelecimento ha missa e explicação dos Evangelhos todos os domingos e dias santos; uma enfermaria e medico de partido; espaçosa chacara que fornece abundancia e variedade de vegetaes, e todas as commodidades para banhos, &c.

Da mesma forma, outras instituições atestam o compromisso com estes preceitos nas propagandas. Em 1871, o diretor do colégio de instrução primária e secundária contrata o *Almanak Laemmert* para apresentar o seguinte anúncio:

## ATHENIU FLUMINENSE <sup>[425]</sup>

7 RUA DO RIO COMPRIDO 7

DIRIGIDO POR

Monsenhor Antonio Pedro dos Reis

Neste collegio de instrução primaria e secundaria ensinão-se todos os preparatorios exigidos nas Academias do Imperio.

Os brilhantes resultados que nos exames annuaes perante o Conselho de Instrução Publica, tem constantemente este collegio dado, são os mais incontestaveis attestados do zelo e esforços empregados por sea Director para conseguir o aproveitamento de seus collegiaes, e de que elle se cerca sempre dos mais habéis Professores da Côte.

Por nove annos estabelecido em frente ao Passeio Publico, achã-se agora transferido para o lugar acima mencionado.

Teriamos ha mais tempo abandonado o predio em frente ao Passeio Publico, completamente atacado pelo cupim, exposto a frequentes constipações, além da mesquinhez de commodos, se não estivessesmos ali agora ligados por um contrato de 9 annos.

Felizmente, ao fiudar esse contrato, encontramos no mais saudavel bairro da Côte, no do Rio Comprido, tão proximo da Cidade, passando-lhe pela porta frequentemente os Bonds, uma casa nas desejavéis condições de largueza, de commodos para habitação, aulas e para recreios dos collegiaes.



No fragmento acima, lê-se que após nove anos o colégio *Atheu Fluminense* mudou de endereço. Nele, menciona que passou a funcionar “no mais saudável bairro da Corte” (Rio Comprido), num edifício com desejáveis condições de “largueza, de commodos para habitação, aulas e para os recreios dos collegiaes”. Os termos “saudável”, “asseio”, “arejado”, bem como as notas sobre os espaços amplos, são, portanto, frequentes nestes e nos demais anúncios do comércio da instrução particular. Têm significativo destaque também nos anúncios do *Colégio Episcopal São Pedro D’Alcântara* que, numa página inteira, define os traços mais elementares do seu edifício (em 1859).

Caracterizado por sua “forma claustral” (atestando que é a mais adequada), o edifício situado no lugar mais sadio da chácara é descrito detalhadamente, inclusive, com medidas de cada cômodo (4 faces). Com tamanho detalhamento, contribuiu para que os clientes compreendam inclusive as menores intervenções, como as divisórias dos banheiros (que tinha o intuito de favorecer que o aluno estivesse “decentemente resguardado”). Da mesma forma, a separação dos dormitórios entre funcionários e alunos (estes por suas faixas etárias, e aqueles entre criados, escravos e professores) é estabelecida como garantia de condições saudáveis à permanência dos alunos:

Os professores e mais empregados do estabelecimento, inclusive criados e escravos, têm os seus commodos em uma casa separada do edificio principal pela distancia de 20 braças ao lado esquerdo, e ao direito está collocada a gymnastica. A chácara tem na sua maior largura mais de 300 braças, e mais de uma milha de fundo com matos virgens, etc.; está certada de ruas com lugares apropriados para passeios e recreios, e mais entretenimentos indispensaveis para o desenvolvimento physico e moral dos alumnos.

Nas referências que outros colégios produzem, as preocupações são semelhantes, como pode ser percebido pelo destaque dos anúncios repetidos pelo *Lyceu Roosmalen*, no Laemmert (1857 e 1874). A primeira coisa que se tinha a dizer a respeito da instituição, os primeiros dados que um leitor deveria se dar conta eram os preceitos da higiene, da salubridade. Um fato que era semelhante nos anúncios de outras instituições:



Neste anúncio de 1871, do *Almanak Laemmert*, os proprietários registram que escolheram “o bairro aprazível das Laranjeiras, por ser dos mais saudáveis e dos onde mais dificilmente chegam algumas epidemias, que, em certas épocas, se pronunciam nesta cidade”. Além disso, “o palacete escolhido para o estabelecimento tem grande número de salões vastos e arejados para os estudos, dormitórios e refeitórios, e é cercado de jardins e pátios arborizados para o recreio, indispensável às alunas, e condução fácil e cômoda. (LAEMMERT, 1871).

Tratando ainda acerca dos aspectos referentes aos espaços e funcionamento dos colégios particulares do ensino primário na Corte, pode-se acrescentar à lista dos temas relacionados os cuidados vigilantes que os estabelecimentos procuravam garantir nos anúncios. Com o intuito de desenvolver a inteligência e a moral, como queriam afirmar, os proprietários dos colégios deixavam explícito este tipo de trato com a família. O *Colégio de Meninas* (dirigido pela “Baroneza de Geslin”) apresentou em sua proposta de propaganda, repetida em diversas edições do *Almanak Laemmert* (1851, 1867, 1871), certos preceitos de vigilância como fundamentos da instituição. Destaca que asseguravam “princípios seguros de Religião e Moral, vigilância e ternura verdadeiramente maternal” que “formão a base deste colégio”.

Tratava-se de um contrato comercial de confiança que se firmava entre a casa e a escola, no qual os resultados seriam demonstrados como garantia, isso também se via nos anúncios do *Collegio da Imaculada Conceição*, recorrente em inúmeras edições do *Laemmert*, nos quais estava garantido o envio de um boletim de conduta e comportamento das alunas aos seus respectivos responsáveis (1874). O estabelecimento deixava claras muitas outras regras de contato da educanda com a família:

Em cada trimestre será remellido nos pais o boletim da conduta e do aproveitamento de suas filhas.  
 As educandas não sairão do collegio, senão uma vez por mez (o primeiro domingo ás 9 horas da manhã). Roga-se encarecidamente aos pais de as tornarem a trazer na segunda-feira de manhã.  
 As familias poderão visitar suas filhas na terceira quinta-feira de cada mez das 9 horas ás 11 horas da manhã, e das 2 ás 5 da tarde.

Desta forma, nota-se que estes vestígios, vistos com muita recorrência nos anúncios do *Almanak Laemmert*, procuravam representar, evidenciar pontos comuns com os preceitos mais gerais da intelectual

lidade médica do século XIX. Acompanhando as propagandas nestas décadas sugeridas para análise (1854, 64, 74), vê-se que, cada vez mais, os comerciantes da instrução passavam a valorizar o ar puro, ambientes espaçosos, salubres e limpos, exercícios físicos, controle das curiosidades sexuais, vigilância e punição contra maus comportamentos. Bem articulados, estes cuidados providenciariam benefícios para saúde infantil, e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da moral e o comedimento nos usos do corpo, dos sentidos.

É possível perceber o destaque atribuído às questões relativas à arquitetura de alguns dos colégios particulares, ou seja, da estrutura física dos prédios utilizados para o ensino. Esta reflexão estava inserida no debate contemporâneo, a partir do qual muito se discutia acerca da importância de espaços específicos para instrução e educação da mocidade.

As primeiras iniciativas do Estado Imperial direcionadas à construção dos “palácios escolares”, como observa a historiadora Alesandra Schueler, ocorreram na década de 1870. Informação que se contrapõe às afirmações da pesquisadora Ana Paula Pupo Correia:”

Durante o Império, no Brasil, a escola pública era a extensão da casa do professor, muitas funcionavam em paróquias, cômodos de comércio, salas abafadas, sem ar, sem luz e sem nenhum recurso. A real preocupação com os projetos arquitetônicos escolares iniciase somente no período da República (CORREIA, 2004, p.5)

Na Freguesia de Santana, inaugurava-se a pedra fundamental do edifício da *Escola de São Sebastião*. No ano seguinte, em 22 de maio de 1871, a Câmara Municipal celebrava o lançamento da pedra da *Escola de São José*, no Largo da Ajuda (Freguesia de São José). A iniciativa da construção de prédios apropriados às escolas primárias da Corte Imperial também ficou por conta de alguns comerciantes, como é exemplo, o da Praça de Pedro I (São Cristóvão), lugar onde foi construído um prédio para instrução de 400 crianças. A “Escola edificada pelo Corpo do Comércio do Rio de Janeiro” teve a sua primeira pedra colocada e, 21 de dezembro de 1870, como aponta:

Os edifícios, pela sua grandiosidade e beleza arquitetônica, lembravam as estruturas luxuosas dos “palácios”, como foram ironicamente chamados por alguns contemporâneos. Com amplas salas cercadas por jardins e gradis de ferro, as escolas possuíam um salão central onde figuravam as estátuas em homenagem aos seus empreendedores (...) apresentavam uma grande novidade em relação às escolas públicas tradicionais, as quais funcionavam em pequenas casas, nas partes externas ou em sótãos de sobrados, onde disputavam espaços com os aposentos dos professores e seus familiares. Nos estabelecimentos do município, além de não haver comodidades para a residência dos mestres (fato que, aliás, foi considerado inconveniente pelos próprios educadores em função do aumento de suas despesas com moradia), todas as áreas eram destinadas exclusivamente às atividades escolares (MARTINEZ, 1998, p. 155).

Em relação à malha particular do ensino na Corte Imperial, aquelas preocupações estiveram evidenciadas desde os anos 1850 (como deixam perceber os anúncios localizados no *Almanak Laemmert*). O primeiro de uma série de muitos que o seguiram, foi publicado na edição de 1851 do *Almanak* (e aparece em 1852 no jornal). A proprietária do *Collegio de Educação de Meninas* (localizado na Praça da Constituição) fez circular um desenho do prédio em que se realizavam as suas aulas:

Com isso, a proprietária pretendia legitimar

## COLLEGIO DE EDUCAÇÃO DE MENINAS



PRAÇA  
CONSTITUIÇÃO,  
N.º 8.

Neste estabelecimento ensiño-se todos os principios que concorrem para a completa educação de uma senhora.

CONDIÇÕES:

Por mez: Pensionistas. . . . .	25,000
" Meias pensionistas. . . . .	15,000
" Externas. . . . .	8,000

Os pagamentos são satisfeitos em trimestres adiantados, sem que se faça qualquer desconto pelo tempo de ausencia ou fofias.

uma determinada imagem como a mais apropriada, e uma determinada estrutura física como a mais adequada para acomodar um ambiente escolar. O *Collegio da Imaculada Conceição*, num anúncio bastante recorrente (e que aparece pela primeira vez em 1862, no *Almanak Laemmert*) acompanhou a mesma tendência. Parecia querer garantir à imagem anunciada do estabelecimento um atestado de qualidade e modernidade. No fragmento da propaganda, é possível ver o desenho do (suposto) edifício na Praia de Botafogo, lugar onde estavam estabelecidas as aulas:



Seguindo o exemplo dos demais, o anúncio do *Colégio de Santa Cruz* (rua do Lavradio), aparecia com o desenho do prédio a partir de 1854, quando o estabelecimento já havia deixado de ser do ensino primário e se tornado exclusivo da instrução secundária. Lendo a

imagem, percebe-se que a estrutura do edifício era muito parecida com os outros já mostrados no estudo: janelas grandes para circulação do ar, placas de identificação (nome do colégio) na entrada.



Ao contrário, porém, esta descrição não se parecia muito com as que foram feitas na literatura de Manuel Antônio de Almeida. Na obra, que fazia referência a uma aula particular de primeiras letras na Corte Imperial do século XIX, a escola em que o padrinho “meteria” o menino para que o mesmo aprendesse “as letras” – também residência do mestre “baixinho, magrinho, de carinha estreita e chupada” – era uma casa “pequena e escura”, cuja sala encontrava-se “mobiada por quatro ou cinco longos bancos de pinho sujos pelo



uso, uma mesa pequena que pertencia ao mestre, e outra maior onde escreviam os discípulos, toda cheia de buracos para os tinteiros” (ALMEIDA, 1998, p.44-45).



Em propaganda de 1874, o *Colégio São Francisco de Paula* também seguiu o modelo de anúncio que pretendia fazer destacar o estabelecimento pelo desenho do edifício. Ao lado dos poucos dados disponibilizados na publicidade, os responsáveis pelo colégio registravam também a oferta do ensino preparatório para meninos (aqueles que desejam ingressar nas faculdades, e para isso prestavam exames com disciplinas específicas para os cursos escolhidos).

## CONSIDERAÇÕES

Lendo, olhando e observando estas publicidades o historiador precisa estar amparado metodologicamente para compreender as



fontes como documentos de uma época específica, não como verdades ou retratos de um acontecimento. Numa investigação de caráter histórico, que não é outra coisa senão um diálogo com “pedaços” do passado e com o silêncio dos fatos (MARROU, s/d), o trabalho opera-se a partir do contato cuidadoso com as fontes. Por isso, deve considerar sua localização, organização, acesso, condições e problemas decorrentes da disposição e critérios de organização (NUNES; CARVALHO, 2005). Para se tornar exequível o empreendimento, ou a operação historiográfica, antes de tudo é mister montar estratégias metodológicas que viabilizem a aproximação com o que é proposto: a localização e a correlação de fontes. Reunir os vestígios, os sinais e os indícios daquelas iniciativas, ao mesmo tempo, articular e cruzar dados, haja vista que não existem documentos para cada situação específica (BLOCH, 2001).

Assim, compreende-se que, o que estava naqueles jornais, gazetas, almanaques, folhetos, ofícios, relatórios, são apenas fragmentos, resíduos do que era a malha de escolarização privada no século XIX. Neste caso, foi possível compreender que o conteúdo anunciado tentava valorizar os respectivos serviços dos anunciantes, pelo fato de estarem disponibilizados como propagandas, destacando-lhes entre tantos no concorrido e numeroso comércio particular.

Muitos colégios procuraram representar, evidenciar pontos comuns com os preceitos da intelectualidade médica do século XIX e das leis do ensino, dando destaque para as preocupações como ar puro, ambientes espaçosos, salubres e limpos, exercícios físicos, controle das curiosidades sexuais, vigilância e punição contra maus comportamentos. Bem articulados, estes cuidados providenciariam benefícios para saúde infantil, e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da moral e o comedimento nos usos do corpo, dos sentidos, diziam os anunciantes. Ao mesmo tempo, as dimensões arquitetônicas de alguns dos colégios particulares, da estrutura física dos prédios utilizados para o ensino estiveram em cena circulando nos anúncios.

Estes são apenas alguns dos aspectos articulados a uma questão maior referente ao ensino particular no século XIX, daquela malha que se expandia significativamente na Corte Imperial e em todo país. Para o campo da História da Educação, a contribuição proposta é dar

destaque a uma reflexão atual e necessária: a política pública de difusão do ensino elementar ganhou um adepto de grande relevo naquele tempo. E é imprescindível que se conheça estas forças que atuaram em prol da instrução.

**Recebido em: Janeiro de 2012**

**Aceito em: Março de 2012**

## REFERÊNCIAS

- BORGES, A. **Ordem no ensino: inspeção de professores primários na Capital do Império brasileiro (1854-1865)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-graduação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2008.
- BLOCH, M. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Trad.: André Telles. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.
- FARIA FILHO, L. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de análise. In: VEIGA, C.; FONSECA, T. (Orgs.). **Historiografia e história da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- GARCIA, I. **Certame de atletas vigorosos/as: uma análise dos processos de seleção de professores/as no século XIX (1855-1863)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-graduação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2005.
- GONDRA, J. G. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.
- GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. F. M. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.
- LIMEIRA, A. de M. **O comércio da instrução no século XIX: colégios particulares, publicidade, subvenções públicas**. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-graduação da UERJ. Rio de Janeiro, 2010.
- MARTINEZ, A. **Educar e instruir: a instrução popular na Corte imperial**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 1999.
- MARROU, H.- I. **Do conhecimento Histórico**. 3. ed. Trad.: Ruy Bello. São Paulo: EDPU, s/d.
- NUNES, C.; CARVALHO, M. M. C. Historiografia da educação e fontes In: GONDRA, J. G. (Org.). **Pesquisa em História da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

TEIXEIRA, G. **O grande mestre da escola: os livros de leitura para a escola primária da Capital do Império Brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-graduação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

UEKANE, M. N. **“Instrutores da Milícia cidadã”: A Escola Normal da Corte e a formação de professores primários (1854-1889)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-graduação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

VARELA, J. & ALVAREZ URIA, F. **A maquinaria escolar**. Porto Alegre: Teoria e Educação, 6, p. 68-96, 1992.

VINCENT, G., LAHIRE, B.; THIN, D. Sobre a história e a teoria da forma escolar. **Educação em Revista**. Dossiê: Trabalho e Educação. Revista da Faculdade de Educação da UFMG, 33, junho, 2001.

#### **Fontes Digitalizadas (Universidade de Chicago/ EUA)**

Almanak Laemmert – [www.crl.edu](http://www.crl.edu)

Relatório dos Ministros do Império – [www.crl.edu](http://www.crl.edu)